

LUGARES DA MEMÓRIA: POTENCIALIDADES DO PATRIMÔNIO MATERIAL DA CIDADE DE ARACAJU (SE) PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

Edilio José Soares Lima¹

Resumo

O trabalho discute as potencialidades educacionais que se instauram com a utilização de determinados monumentos e prédios tombados da cidade de Aracaju, datados do início do século XX (início da modernidade neste espaço), para a educação patrimonial. Num primeiro momento, rastreia os espaços definidos como “lugares da memória”, partindo do pressuposto que estes espaços tanto possuem valor estético e simbólico, quanto são portadores de informações históricas. Nessa perspectiva, num segundo momento, simultâneo e complementar, toma-se tais espaços como lugares passíveis de historicidade e intencionalidade, para tecer considerações analíticas no sentido de demonstrar que se pode transformá-los em ações destinadas a educação patrimonial.

Palavras-chave: lugares da memória, educação patrimonial, cidade educadora.

1. Introdução

No modelo educacional brasileiro, no que se refere à história cultural do país, as dúvidas se acumulam: não temos uma definição para os usos sociais do passado; também pensamos no passado, ou como um nostálgico tempo perdido, ou promovendo-o a um bem de consumo no mercado turístico; a compreensão da história transmitida pelos livros didáticos se mostra fragmentada – referindo-se a fatos e a personagens numa linha do tempo embaralhada e com poucos encaixes -; não temos diretrizes para as discussões sobre patrimônio cultural e para a sua forma de apropriação pelas instituições de ensino e nem mesmo se estabeleceu em quais campos disciplinares se pode trabalhar.

A proposta deste trabalho é discutir as potencialidades educacionais que se apropriam dos elementos urbanos preservados como marcos históricos na cidade de Aracaju - SE, datados do início do século XX, período de maior alcance das intervenções dos ideais de modernidade no menor estado da jovem República brasileira.

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Univesidade Tiradentes-SE, Pós-graduado em Paisagismo pela UFLA, Mestrando em Educação pela Universidade Tiradentes. Professor Titular do Instituto Federal de Sergipe e professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIT. ediliolima@superig.com.br

Parte-se da premissa que a população sergipana, apesar de vivenciar os monumentos históricos da capital, permanece alheia a sua importância na construção da identidade coletiva. Diante deste distanciamento, o desafio, sob o ponto vista educacional, é potencializar a concepção do patrimônio oficial transformando-o em “lugar da memória” – materialização da pluralidade de experiências vividas e objetos de reflexões histórico-educacionais. Nessa lógica, focaliza-se a possibilidade de ampliação da dimensão espaço-temporal dos sujeitos urbanos, buscando, no processo histórico, o recorte da modernidade na cidade de Aracaju.

Num primeiro momento, rastreia-se os espaços da modernidade aracajuana, partindo do pressuposto que estes espaços tanto possuem valor estético e simbólico, quanto são guardiões das experiências culturais registradas pela história. Nessa perspectiva, o segundo momento constitui um referencial capaz de fornecer suporte a proposta de transformar o patrimônio histórico da cidade em “lugar da memória”, geradores de identidade, memória e cidadania. Por fim, o terceiro momento, simultâneo e complementar, analisa tais espaços como passíveis de historicidade e intencionalidade, para tecer considerações analíticas no sentido de demonstrar que se pode transformá-los em ações destinadas a educação patrimonial e a importância disso para a preservação da memória do período da modernidade na cidade de Aracaju.

Para iniciar esse estudo sobre as perspectivas históricas da modernidade em Aracaju, se faz necessário definir de qual modernidade estamos tratando, haja vista que a palavra modernidade possui diversas interpretações, variando de acordo com os interesses e aplicações. Modernidade seria, portanto,

... “Época da história”, em que predominariam as categorias da “novidade”, da “superação” e do “progresso” sob a égide do marco da Revolução Francesa [...] Ao mesmo tempo, interpretada e apropriada como época das multidões, das cidades e da indústria, na qual predominariam as categorias do urbano e do desenvolvimento sob a égide da Revolução Industrial, a modernidade traduziu-se, igualmente, em termos de ‘modernização’. Assim, ao longo dos séculos XIX e XX, o termo “modernização” encampou ideias, práticas, representações e projetos de modernidade apropriados de maneira ideológica e aplicados, pragmaticamente, na tentativa de equiparar povos e nações que, em contextos históricos específicos, eram tomados como modelos do que seja a modernidade, em termos econômicos, políticos e/ou sociais. [...] também [...] o discernimento [...] do pensamento estético e da interpretação histórica no processo de construção de uma sensibilidade moderna afeita ao universalismo do humanismo burguês em colisão com as dinâmicas do capitalismo.(CARVALHO apud GIL, ZICA e FARIA FILHO, 2012)

É importante ressaltar que para viabilizar toda essa explanação, devemos ter consciência que tudo perpassa pela Educação e suas possibilidades de aprendizagem,

como afirma Margarida Felgueiras (2005), em sua pesquisa sobre a materialidade da cultura escolar;

“a cidade proporciona uma imagem da complexidade do ato educativo: a educação não é só um fato isolado, localizado em espaços fixos, mas uma realidade que está em todo o lado, dispersa, difusa, muitas vezes confusa e fruto do acaso, como as próprias cidades. [...] podemos pensar a cidade educativa como um conjunto de estruturas pedagógicas estáveis, que dão consistência ao trabalho educativo global, uma malha de equipamentos, recursos, meios, instituições que geram educação, sem que esse seja o seu fim primeiro; um conjunto de acontecimentos educativos planejados, mas efêmeros; e finalmente uma massa difusa e permanente de espaços, encontros e vivências educativas não planejadas, assim como a vontade de aproveitar esses recursos que o meio urbano e a vida em comunidade permitem.

Entender a cidade como agente educativo significa a superação dos limites da superficialidade e parcialidade, e permite enxergar a aprendizagem espontânea que acontece cotidianamente no meio urbano, oferecendo um currículo oculto capaz de transmitir todo um conjunto de elementos da cultura (formas de vida, normas, valores, tradições, costumes, expectativas e desejos) informalmente, o que amplia consideravelmente as potencialidades das ações pedagógicas e subsidia as pretensões dessa proposta.

2.Modernidade, memória e identidade: os lugares de Aracaju (SE)

A montagem do patrimônio histórico e cultural de uma nação é um dos dogmas dos Estados modernos, que, por meio de indivíduos notáveis, recrutados entre os intelectuais locais, e apoiados em ferramentas jurídicas, definem o conjunto de bens que formará o seu acervo. Selecionados pelo valor que lhe é conferido, enquanto símbolo da nação ou manifestação cultural emblemática, incide sobre esses bens, a partir de então, a proteção do Estado com o objetivo de garantir a perpetuação dos valores neles incutidos. Nesse sentido, os programas de preservação se propõem, basicamente, a reforçar uma identidade coletiva, educar e a formar os cidadãos. Esse é, ao menos, o argumento que costuma justificar a organização desses patrimônios e a elaboração de políticas públicas de preservação (FONSECA, 1997).

Dois desafios regem essas propostas patrimoniais: o primeiro está relacionado à seleção de bens, pois deve ser capaz de representar a pluralidade cultural para garantir o sentimento de pertencimento que endossa a identidade coletiva; e o segundo, é o de

fazer com que, o acervo eleito, tenha consensualidade e seja incorporado à diversidade. A apropriação desses bens por essa diversidade, e o sucesso dos instrumentos de preservação - como o tombamento, registro oficial do acervo patrimonial -, depende do valor simbólico que a sociedade atribui a esses bens.

A busca pelo envolvimento da comunidade nesse processo perpassa, necessariamente, pela educação. É fundamental ir além dos instrumentos de proteção do patrimônio. Hoje, o propósito dos programas de preservação é promover a reflexão e o sentimento de pertencimento pelos nossos lugares da memória, por meio de uma educação que promova a valorização de nossa diversidade cultural e permita a compreensão da história, registrada pela memória, e potencializada pelas práticas de rememoração. As práticas educativas que envolvem a sensibilização ao patrimônio cultural devem ser entendidas como uma possibilidade de diálogo dentro de um processo ativo de conscientização e apropriação de nossa cultura. Sua premissa é convidar a uma reflexão, permitindo reconhecer que, sem o envolvimento de todos, fatalmente perderão o significado e desaparecerão de nossa memória coletiva.

Jurema Arnaut (2008), em um ensaio para um caderno do IPHAN sobre Memória e Educação, afirma que um homem desmemoriado, sem referências de seu passado, não terá condição de deliberar sobre o seu futuro. Irremediavelmente estará vulnerável e propício a apropriar-se de qualquer história que lhe for apresentada como sua, a construção de sua identidade ficará sujeita a moldagem de outros. O mesmo pode acontecer com a história de um povo. A disseminação do conhecimento histórico é primordial para o amadurecimento da identidade, tanto pessoal quanto coletiva, e conseqüentemente para capacidade de avaliar os elementos históricos com os quais se identifica e pretende se apropriar. Memória, segundo Le Goff (2003), é a qualidade humana de conservar certas informações, características que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao sujeito atualizar as impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas.

Neste contexto, a cidade se apresenta como um leque de possibilidades para a construção da consciência histórica, porque oferece a oportunidade de se pensar na complexidade temporal expondo nos elementos que compõe seus espaços, ou nos arranjos de suas paisagens, as conexões dinâmicas entre passado, presente e futuro. A urbe se constitui como um espaço aberto à contestação do presente, ao questionamento da vida, à reflexão acerca da diversidade das experiências humanas e expressões

culturais do passado que nos são oferecidas no presente. Walter Benjamin (*apud* MIRANDA & SIMAN, 2013) defende que a possibilidade de experiências vividas ao transitar cotidianamente pelos espaços urbanos complementa, qualitativamente, e transforma o conhecimento necessário, porém insuficiente, advindo das bibliotecas e seus livros. Benjamin via na cidade a condição singular de espaço limiar, catalisador do pensamento sobre o tempo, o espaço e as relações humanas em toda sua diversidade e polifonia. A cidade, fruto das reflexões filosóficas benjaminianas, possui o poder de provocar em seus degustadores, experiências limiares, portadoras de múltiplos sentidos e possibilidades de descoberta, pautadas na capacidade humana de se redefinir com o passar do tempo, e em lugares que permitem a compreensão da história e a interpretação dos aspectos sociais, registrados pela memória e ampliados pelas práticas de rememoração. É nesse ato de experimentar a cidade que nos permitimos interiorizar os símbolos e emblemas que vão constituindo, continuamente, nosso sentido de pertencimento e identidade. (*idem*, 2013)

Esses espaços urbanos catalisadores do pensamento sobre o tempo, o espaço e relações humanas que permitem a compreensão da história e a interpretação dos aspectos sociais registrados pela memória, são aqui denominados de “lugares da memória” que, para Nora (1993), nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, motivo pelo qual estes espaços devem ser preservados para que guardem os restos de um passado mantidos pela vontade coletiva envolvida em sua transformação e renovação.

Na cidade de Aracaju, como ícone da modernidade sergipana, um dos espaços urbanos que pode ser considerados como “lugar da memória” – deste período que se situa temporalmente no início do século XX - é o acervo formado pelo conjunto arquitetônico das praças Fausto Cardoso, Guilherme Campos (atualmente Almirante Barroso) e Olímpio Campos, que, na verdade, apesar de possuir três denominações trata-se de um único espaço coletivo.

Embora construída na época do Império, as três praças – que na verdade constituem um espaço único, como dito - passaram pelo processo de modernização que tomou conta da capital no início do século XX. O espaço abriga os prédios dos poderes políticos do Estado: o Palácio Olímpio Campos (antiga sede do Governo do Estado e hoje abriga um museu dedicado à República); o Palácio Fausto Cardoso (antiga sede da Assembleia Legislativa, hoje Escola Superior do Legislativo); o prédio da Intendência

(antigo Tesouro do Estado – hoje sede da Câmara Municipal); o Palácio Inácio Barbosa (antiga sede da Prefeitura da cidade, atualmente desativado); o Palácio Episcopal (sede administrativa da Igreja Católica, Diocese de Aracaju) e as escolas cuja tipologia arquitetônica foi escolhida para representar esse momento: a Escola Normal e a Escola Modelo (atualmente sede do Centro Turístico de Aracaju). Não constava no planejamento inicial da cidade a localização dos edifícios públicos e/ ou de uso público, o que sugere que a concentração das sedes dos três poderes e a Catedral, sede o poder eclesiástico, no sítio formado pelas três praças, - constituindo o caminho para o qual a cidade se desdobrou para o oeste e que passa a ostentar um dos mais interessantes conjuntos arquitetônicos de Aracaju-, é resultado antes do acaso que de uma ideia preconcebida (PORTO, 1944).

Na Praça do Palácio (hoje conhecida como Fausto Cardoso) foram colocados os primeiros pinos de demarcação de área a ser construído o centro urbano de Aracaju pelo engenheiro Pirro. Segundo Murilo Mellins (apud ANDRADE, 2010), a cidade se inicia na praça por ser o núcleo do centro histórico. O espaço foi palco de grandes eventos políticos e culturais e até o início dos anos 90 era o espaço onde aconteciam os festejos juninos e o Carnaval. Seguindo a moda da moderna Paris, a praça era também um espaço onde as mocinhas da cidade desfilavam após a missa, ponto de encontro da sociedade local. (MELLINS, 2007)

Luiz Antonio Barreto (idem, 2010) afirma que a praça foi o pinhão de ordenamento do quadrado de Pirro, ideia do engenheiro que tomou como modelo o tabuleiro de xadrez para ordenar as ruas do Centro de Aracaju. Desde a sua construção abriga importantes serviços públicos e dentre outros acontecimentos que marcaram a História do lugar, temos a tragédia da morte do Deputado Federal Fausto Cardoso ocorrido em 1906² após uma disputa pelo poder político com o senador Olímpio

² Em 1906 ocorreu um dos principais movimentos políticos da História de Sergipe. Trata-se da revolta liderada pelo deputado federal Fausto Cardoso contra a oligarquia dominante. Os revoltosos chegaram a assumir o poder. Contudo, as autoridades depostas solicitaram que o Governo Federal interviesse no Estado. A operação militar da força interventora marcou com o assassinato de Fausto Cardoso o desfecho da revolta. Logo após o trágico acontecimento, os filhos do deputado, procurando vingar a morte do pai, assassinaram o senador Olímpio Campos – chefe da oligarquia. As mortes dos dois principais líderes políticos daquela época – um oposicionista, outro situacionista – causaram enorme repercussão em todo o Estado. Durante um bom tempo as opiniões e interesses dos sergipanos dividiram-se em função das lutas entre os dois grupos políticos. Nas hostes oposicionistas, teve início um amplo movimento para consagrar a memória do líder assassinado. Trabalhando com o imaginário, os valores e os interesses que marcaram a sociedade sergipana na Primeira República, este estudo ocupou-se do processo de construção de uma imagem heróica em torno da memória de Fausto Cardoso. Nesse movimento de consagração estava subjacente um projeto político dos faustistas que, derrotados em 1906 pela força das armas, procuraram,

Campos, que também acabou morto tempos depois. Em 1912, há a modernização da praça com a criação de dois novos jardins e dois coretos em estilo art-nouveau e recebeu um busto em homenagem ao deputado, transformando-se em palco para retretas e manifestações cívicas. Em 1916, se ergue na Praça Olympio Campos uma estátua em homenagem ao senador com um pequeno jardim em torno.

Arquitetonicamente falando, o processo de modernização das praças e seu entorno se dá com uma reforma de embelezamento dos prédios substituindo-se o estilo neoclássico original (imperial) pelo eclético no Palácio Olímpio Campos, bem como a Catedral Metropolitana que fica no interior da Praça Olímpio Campos. Todas as praças passaram por intervenções como arborização e ajardinamento; a Olímpio Campos recebe o Parque Teófilo Dantas (com esculturas, belvedere, aquário, lago, ponte e até animais); a Fausto Cardoso passa a abrigar o jardim público Olímpio Campos e a Guilherme Campos recebe o Mictório Público – símbolo do pensamento higienista próprio da modernização republicana. Diante de todas essas intervenções, eis que Aracaju se torna um polo irradiador de modernidade, retratando em seu núcleo urbano os ideais capitalistas de civilização e progresso.

É neste espaço, portanto, constituído no limiar dos séculos XIX e XX, sob a égide republicana, que podemos reunir elementos com função pedagógica de nos dizer quem somos, configurando-se como lugar da memória da modernidade aracajuana.

3. Os “lugares da memória” e a identidade aracajuana: em busca da preservação

A capital sergipana, assim como a maioria das cidades brasileiras, sofreu várias intervenções de reforma e revitalização, que fragmentaram sua identidade, no entanto, ainda guardam em suas paisagens vários elementos de referencial histórico do período de modernidade, principalmente no bairro central, núcleo inicial da formação da cidade, que abriga as três Praças objeto deste estudo.

através da glorificação de seu líder, assinalar uma vitória simbólica sobre o grupo oligárquico. Apresentaram-se como os herdeiros políticos de Fausto Cardoso e através de uma consciente e habilidosa manipulação de símbolos conseguiram atingir o imaginário social, contando com a apropriação desses símbolos, ou seja, com o reconhecimento, pela população, da imagem heróica do líder assassinado (PRADO e OLIVA, 2005)

Devida a sua formação progressista de traços ecléticos e influência europeia, a cidade de Aracaju se acha no vácuo das políticas públicas de preservação da memória, herdadas do movimento modernista da década de 1930, que instituiu a ideia de que a memória que constitui a identidade do povo brasileiro é sempre a ligada à época de formação do estado nacional, - o período Colonial. Essa ideia levou à negligência dos órgãos oficiais de patrimônio, durante muito tempo, da memória da herança oriunda de épocas mais recentes da história, a exemplo do patrimônio cultural material da capital sergipana: uma cidade idealizada e planejada nos meados do século XIX, mas com a sua consolidação no início do século XX.

Assistimos diariamente a morte do modelo de cidade ideal, plantado na modernidade, ansiosa em alcançar civilização e progresso, outras ideologias e o acúmulo de novas e velhas soluções espaciais, transformaram as cidades contemporâneas em grandes malhas de retalhos representativos de cada período histórico, porém, em Aracaju, grande parte do componente humano, alienado pela velocidade da contemporaneidade, que transita em suas ruas, desconhece a história da passagem dessa modernidade pela cidade em que vive (CHOU, 2005).

Em Sergipe, o IPHAN³ mantém inúmeros bens tombados, individualmente ou em conjunto, espalhados pelo interior do Estado, todos vinculados ao período colonial (pedra e cal), inclusive duas cidades, São Cristóvão (1938) e Laranjeiras (1997), possuem suas paisagens urbanas salvaguardadas pelo Governo Federal, no entanto, a capital não mereceu sequer um registro.

O Governo do Estado Sergipe constituiu uma política de preservação independente, baseada na Lei Estadual 6.020/69, criando um instrumento jurídico para embasar a seleção de seu acervo patrimonial, é então que diversos monumentos artísticos e arquitetônicos da cidade de Aracaju recebem proteção legal como elementos de indiscutível valor histórico. O conjunto formado pelas três praças possui 14 (quatorze) bens inscritos no livro de tomo do Governo do Estado, dos quais 09 (nove) estão ligados ao período de modernização da cidade (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2006).

³ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia do Governo do Brasil, vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação do acervo patrimonial tangível e intangível do país.

O Poder Municipal também estabeleceu uma política preservacionista, instituída a partir do ano 2000, através do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, que em uma de suas seções, define diretrizes de preservação a bens listados em um anexo e cria um perímetro de interesse cultural dentro da cidade baseado no Plano de Piro, o que garantiu proteção às praças, a seus elementos e ao entorno, uma forma de reconhecer a importância desse espaço para a identidade da cidade.

Essas atitudes demonstram que os representantes políticos, que conduziram o Governo de Sergipe e a Prefeitura de Aracaju, conseguiram enxergar que tão importante quanto à construção, ou reconstrução de novas paisagens é sua devida preservação como herança material, dever do poder público e direito da população à memória coletiva (GRAZIANO, 2012)

A Educação Patrimonial seria, portanto, uma estratégia de apropriação da cultura dentro do universo da ação educativa, que pode colaborar de maneira essencial para dar sentido ao vivido, ao construído e ao aprendido, pois trabalha a possibilidade de experiências de rememoração ligadas ao simples ato de transitar pelos espaços urbanos, estabelecendo vínculos duradouros entre identidade, memória e cidadania (IPHAN, 2011). Pois bem, tais experiências de rememoração provocam uma mistura de temporalidades e olhares distintos, que explora o envolvimento afetivo, em relação ao patrimônio, sem, tampouco, esquecer o necessário estranhamento.

É nesse contexto que os programas preservacionistas do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Aracaju devem construir um caminho para a apropriação e o envolvimento da comunidade e garantir através da memória a perpetuação do sentimento de identidade e de cidadania.

Adotar o ponto de vista teórico e filosófico da educação não formal, que desloca o lugar da cidade nos processos de aprendizagem, é passar a compreendê-la não só como espaço de experiência humana, mas também como espaço de construção de possibilidades. Lugar de produção, de memória, de sonhos e de vivências em sua cotidianidade. Lugar, portanto, de experiências pedagógicas espontâneas e das possibilidades e contradições essenciais à cidadania (MIRANDA, 2013).

Uma estratégia possível para a expansão das possibilidades de atividades educativas de preservação do patrimônio material da cidade é o estreitamento entre as políticas públicas preservacionistas e às de cultura, turismo, educação, meio ambiente,

desenvolvimento urbano ou qualquer outra, favorecendo a interação de instrumentos educativos para fortalecer o processo pedagógico, a elas, intrínseco. (HORTA, 1999).

Outra potencialidade dessas ações educacionais não formais ligadas a esses lugares da memória é sua capacidade de absorver público plural, de diferentes faixas etárias e grupos oriundos de classes sociais diversas, ao oferecer atividades turísticas e educacionais gratuitas.

Destacam-se ainda as técnicas que exploram os relatos orais e o seu registro, por meio de diferentes suportes escritos e/ou audiovisuais, de expressões locais – falas do tempo, a memória que repousa no imaginário coletivo, - que se apresenta como saída para o envolvimento comunitário, contribuindo de maneira excepcional para a construção do sentido de lugar, transmitindo o sentimento de pertencimento através de seus valores, sua ecologia e sua história para as próximas gerações (LIMA, 2012). Para este trabalho, importantes foram os registros de relatos orais sobre a modernidade aracajuana feitos por historiadores locais, tendo em vista a falta de bibliografia mais específica sobre o tema.

No caso da cidade de Aracaju, há um perigo concreto de se apagar os registros da memória da modernidade diante das velozes transformações contemporâneas e de um desinteresse pela história deste período e os lugares representativos dela. Embora recentemente tenha-se transformado o Palácio Olímpio Campos em um museu da República com registros do período moderno que tratamos, não se observa um envolvimento ou mesmo uma apropriação da população deste espaço como lugar da memória, o que torna ainda mais premente a necessidade de se desenvolver projetos de educação patrimonial neste sentido.

Bibliografia Consultada

- ANDRADE, Adailton Santos. *Fontes da História de Sergipe*.
<http://fontesdahistoriadesergipe.blogspot.com.br/2010/02/praca-fausto-cardoso-e-suas-historias.html>
- BARROS, José D'Assunção, *Cidade e História* - 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Ed. UFMG, Belo Horizonte - MG: 2006.
- _____. *Obras Escolhidas II – Rua de Mao Única/ Infância em Berlim por volta de 1900/ Imagens do pensamento*. Ed. Brasiliense, São Paulo - SP: 1987.

- CADERNO DE ENSAIOS 1, *Memória e Educação*, Rio de Janeiro, IPHAN, Paço Imperial, 2008.
- CADERNO TEMÁTICO I, *Educação patrimonial: orientações ao professor*. – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011.
- CHAVES, Rubens Sabino Ribeiro. *Aracaju: pra onde você vai?* Aracaju, SE: Edição do Autor, 2004.
- CHOU, José Walter Teles. *Aracaju: Imagem, Memória e Apropriação - ARACAJU: 150 ANOS DE VIDA URBANA*, Organização de Vera Lucia Alves França e Maria Lucia de Oliveira Falcon. - Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005. p 53-74
- DUARTE, André. *Heidegger e Foucault, críticos da modernidade: humanismo, técnica e biopolítica*. Trans/Form/Ação – vol. 29 n 2: Marília, SP, 2006.
- FABRIS, Annateresa, *Fragments Urbanos: representações culturais* - Studio Nobel, São Paulo, 2000.
- GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes. (orgs.) *Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX. Volume I. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012*
- CIDADE, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO. Organizadoras: Sonia Regina Miranda e Lana Mara Castro Siman, - Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro. *Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança Educativa*; Pro-Posições. volume 16, n. I, UNICAMP, Campinas, SP - 2005. 87 - 102
- FERNANDES, Renata Sieiro; GROPPPO, Luís Antonio; PARK, Margareth Brandini. *Cidade - Patrimônio Educativo*. Paco Editorial: 2012.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN: 1997.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *Práticas de ensino em projetos de educação patrimonial: a produção de saberes educacionais*, Pro-Posições, Volume 24, n. I, UNICAMP, Campinas, SP - 2013. 93-107
- IANNI, Otavio. *A ideia de Brasil moderno*, Brasiliense. São Paulo, 2004.
- HORTA, Maria de Lourdes Pereira, et. al. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*; tradução Bernardo Leitão...[et al.]. - 5ª ed. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

- MELLINS, Murilo. *Aracaju Romântico que vi e vivi*. Anos 40 e 50. 3ª ed. - Aracaju: UNIT, 2007.
- NORA, Pierre. Entre Memória de Historia: a problemática dos lugares. Paris, Ed. Gollinard, 1984 - Tradução autorizada: Yara Aun Khoury, Dep. de Historia da PUC -SP, São Paulo, 1993.
- PANERAI, Philippe. Formas Urbanas: a dissolução da quadra. Philippe Panerai, Jean Castex, Jean-Charles Depaule; Tradução Alexandre Salvaterra. - Porto Alegre: Bookman, 2013.
- PRADO, Giliard e OLIVA, Therezinha. *Um herói para Sergipe: estratégias de consagração de Fausto Cardoso. Anais da 57ª Reunião da SBPC. Fortaleza: Ceará, Julho: 2005*
- REVISTA DE ARCAJU. *A Cidade do Aracaju: ensaio sobre a evolução urbana (1855-1865)*: Fenando Porto, ano II, número 2, 1944: 123-159.
- _____. *Namoro e Urbanismo*. Alberto Barreto de Melo, ano III, número 3, 1949: 47-55.
- _____. *As contribuições de melhoria e as obras de urbanismo em Aracaju*. José Aloísio Campos, ano III, número 3, 1949: 123-143.
- _____. *Modernidade e Educação em Aracaju: Implantação e funcionamento dos Grupos Escolares (1911-1930)*. Crislane Barbosa de Azevedo, ano LXI, número 11, 2005: 63-86.
- _____. *Leituras possíveis sobre a evolução das Praças Fausto Cardoso, Almirante Barroso e Olímpio Campos na cidade de Aracaju*. Graziela Nunes de Gois Andrade Santos, Carina Antonela Aragão Almeida e Eduardo Santos Nascimento, ano LXI, número 11, 2005: 207-216.
- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Monumentos Sergipanos: Bens protegidos por Lei e tombados através de Decretos do Governo do Estado. Org. Ana Conceição Sobral de Carvalho e Rosina Fonseca Rocha. Aracaju: Grafica Sercore, 2006.
- UNIVERSIDADE TIRADENTES - *Sergipe Panorâmico*, Organização: Jouberto Uchôa de Mendonça e Maria Lúcia Marques Cruz. - Aracaju: UNIT, 2002.